PIX: GOVERNO FEDERAL PUBLICA MP QUE PROÍBE TAXAR OU COBRAR VALOR ADICIONAL

Página 5

ALAGOAS | 17 de janeiro | 2025

ANO 003 | NÚMERO 484 | R$ 3,00

CORREIO ALAGOANO

Informação com credibilidade



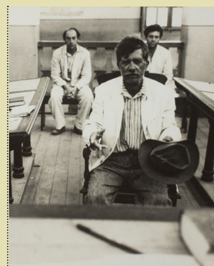
FATOS NA MIRA

Página 9

ELEIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SERÁ NO DIA 1º



ITAÚ CULTURAL PLAY ESTREIA HOJE O CASO DOS IRMÃOS NAVES



LEI TRANSFERE RECURSOS DE ANTIGOS FUNDOS PARA AMAZÔNIA E NE



Policial militar do DF morre em incêndio de hotel em Maceió

TRAGÉDIA, Adriano Lopes retornaria de férias ontem; Polícia e Bombeiros investigam causa do sinistro

Página 6

ECONOMIA



AL ganha 36 mil empresas em 2024; mais de 22 mil foram extintas

Página 7

POLÊMICA



Políticos de AL repercutem recuo do governo em relação ao Pix

Página 4

SEMSC

Prefeitura fiscaliza ambulantes no Verão Massayó

Página 3

ALAGOAS

Marcelo Victor segue como governador-interino até dia 20

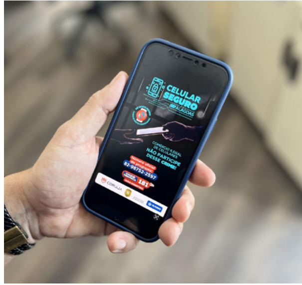
Página 4

EM AEROPORTO

Suspeito de executar delator do PCC é preso em São Paulo

Página 5

Deu Bom!



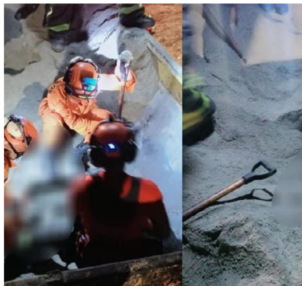
- O Programa Celular Seguro, criado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, já começa a dar resultados positivos no combate à criminalidade. Em apenas 2 dias, 39 aparelhos telefônicos roubados ou furtados em Alagoas foram recuperados pelas equipes da SSP.
Os celulares foram entregues pelas pessoas que utilizavam os aparelhos sem a informação de que eles estavam com queixa junto à Polícia Civil. Esses usuários foram intimados via SMS ou WhatsApp, com o apoio das empresas de telefonia móvel.

- O programa itinerante Brota na Grota chega hoje ao Conjunto Paulo Bandeira, no bairro Benedito Bentes, com diversos serviços essenciais oferecidos pela Prefeitura de Maceió e suas secretarias, além de muitas atividades recreativas para as crianças da comunidade. O evento acontecerá das 9h às 15h, oferecendo atendimentos em saúde, assistência social, educação, entre outros.



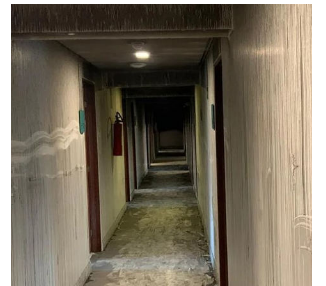
- A Secretaria de Estado de Saúde (Sesau) em parceria com a Secretaria de Estado da Primeira Infância (Secria) promoveram o início da nova etapa do curso sobre planejamento reprodutivo.
A iniciativa está sendo realizada na Escola de Governo no bairro do Centro em Maceió e busca capacitar profissionais de enfermagem, que atuam na Atenção Básica nos municípios de Alagoas para a inserção do Dispositivo Intrauterino. Nesta etapa participaram profissionais da cidade de Maragogi.

Deu Ruim!



- Um homem morreu soterrado na madrugada de ontem enquanto trabalhava numa obra de recapeamento na Avenida Durval de Góes Monteiro, no bairro do Tabuleiro do Martins, em Maceió. A vítima estava operando um caminhão carregado de areia quando caiu e foi soterrada. De acordo com o tenente do Corpo de Bombeiros, José Alexandre, o homem foi "engolido e asfixiado pela areia, além de pressurizado pela máquina". A obra e as circunstâncias do acidente serão investigadas pelas autoridades competentes para apurar possíveis negligências.

- Um homem foi preso em flagrante ao tentar aplicar o golpe do INSS contra uma idosa numa agência bancária no Centro de Rio Largo. Ação foi flagrada pela Polícia Militar.O suspeito estava acompanhado da idosa, que portava um documento falso em nome de outra pessoa. A mulher, além de ser analfabeta, tinha sinais de fragilidade mental, o que aumentou a gravidade do crime. O suspeito abriu uma conta poupança e tentou realizar a transferência de um benefício previdenciário do INSS.



- A Delegacia de Proteção ao Turista (DPTUR) iniciou a investigação sobre o incêndio ocorrido, no dia de ontem, num hotel no bairro da Pajuçara, em Maceió, que resultou na morte de um policial militar do Distrito Federal, identificado como Adriano Damásio Lopes, de 44 anos.
A Polícia Civil de Alagoas colhe imagens do local onde o fogo começou e já identificou as primeiras testemunhas que deverão ser ouvidas.

Correio Alagoano
Informação com credibilidade

Antonio Noya
DIRETOR-EXECUTIVO

Jorge Tinoco
DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

Luis Vilar
EDITOR-GERAL

Iracema Ferro
SUBEDITORA

Benedito Lima
DIAGRAMAÇÃO

PARA ANUNCIAR
(82) 99333.6028

CNPJ
48.999.992/0001-39

E-MAILS
correioalagoanocontato@gmail.com

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

ENDEREÇO - Rua Clístenes de Miranda Pinto, nº 6, Edifício Acre, Ap. 202 - Centro - CEP 57020-555 - Maceió - Alagoas

Prefeitura garante apoio às vítimas de incêndio em hotel

AÇÃO, Equipes de Saúde foram colocadas à disposição para prestar assistência

Redação

A Prefeitura de Maceió, mobilizou os órgãos municipais na manhã de ontem para prestar assistência às vítimas do incêndio no Hotel Tropicalis Slim, localizado na Pajuçara. Desde as primeiras horas do dia, equipes da Defesa Civil se dirigiram ao local para prestar todo apoio necessário.

O órgão iniciou a vistoria no prédio, para identificar quais danos foram causados pelo incêndio. O pavimento onde está o apartamento atingido está evacuado para garantir a segurança dos cidadãos.

Ônibus do município foram disponibilizados para que os hóspedes sejam encaminhados para outros hotéis.

Equipes de Saúde foram colocadas à disposição para prestar assistência aos demais hóspedes, como também a estrutura de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e do Hospital da Cidade esteve de prontidão para receber possíveis vítimas.

Agentes do Departamento Municipal de Transporte e Trânsito (DMTT) atuaram, durante todo o dia, na organização do trânsito da região.



VÁRIOS ÓRGÃOS municipais estiveram presentes prestando assistência às vítimas e organizando o trânsito na região do incêndio

FESTIVAL

Semsc fiscaliza ambulantes no Massayó Verão

Os agentes de fiscalização da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (Semsc) darão sequência às ações de ordenamento e fiscalização dos ambulantes que trabalharão no 2º e último fim de semana do Festival Verão Massayó 2025.

O trabalho, que já foi realizado nos 3 primeiros dias do evento, visa garantir o cumprimento das regras para comercialização de bebidas e alimentos e evitar que os ambulantes obstruam o espaço público, dificultando a mobilidade dos transeuntes.

No 1º final de semana do festival foram apreendidas dezenas de litros de coqueteis contendo um líquido de procedência duvidosa. As bebidas estavam sendo vendidas de forma ilegal por pessoas não cadastradas nem autorizadas a comercializar.

FLAGRA DO COTIDIANO

cenaurbana.correioalagoano@gmail.com

A Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (Seprev) promoveu, na 4ª feira passada, uma ação integrada de busca ativa por dependentes químicos e de atendimento a pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social. A ação aconteceu de forma simultânea no Viaduto da PRF, em Maceió, e em 4 bairros de Arapiraca, resultando em 10 atendimentos. A iniciativa mobilizou as superintendências de Política Sobre Drogas, que coordena a Rede Acolhe, e de Prevenção à Violência, responsável pelas Casas de Direitos. O trabalho contou ainda com o apoio das Bases Comunitárias do Novo Jardim e Santa Maria, que integram o 12º BPM.



Ascom Seprev

Políticos repercutem a nova decisão do governo sobre Pix

Recuo, Na visão das autoridades do Estado, derrubada da norma foi benefício à população

Os políticos alagoanos repercutiram, em suas redes sociais, a decisão do governo federal de recuar diante da instrução normativa da Receita Federal que iria monitorar os volumes de movimentação financeira acima de R$ 5 mil feitos via PIX para pessoas físicas e de R$ 15 mil, no caso das pessoas jurídicas. A antiga instrução normativa também previa o monitoramento dos gastos em cartão de crédito.

Na avaliação de boa parte destas autoridades, o recuo do governo federal, anunciado na 4ª feira passada, foi um benefício para a população. Em que pese ter comemorado a derrubada da instrução normativa, a deputada estadual Cibele Moura (MDB), ainda fez críticas ao governo Lula, afirmando que ele errou em tudo "com essa história do Pix".

"O governo erra em tudo com essa história do Pix. A população, por óbvio, tem medo. Claro, quem garante que não teria taxação? O mesmo governo que prometeu que compras da China não seriam taxadas e foram?", colocou a parlamentar. Segundo ela, o governo central "erra também ao caracterizar todas as críticas como fake news, sem apontar as mentiras. Só acerta em uma coisa, revogar a decisão".

O vereador Leonardo Dias (PL) também se posicionou sobre o fato em suas redes sociais. O edil classificou a decisão como uma vitória da direita. "Depois da pressão de todo mundo e do vídeo de mais de 130 milhões de visualizações, o Governo Federal reverteu a decisão sobre o PIX", afirmou o vereador.



Decisão polêmica sobre o Pix foi tema entre os políticos alagoanos

Ele também alertou para outro projeto de Lula, que tenta regulamentar as redes sociais. Para Dias, a liberdade de expressão é a única forma de conter medidas impopulares tomadas pelo governo petista. "Isso só prova o motivo pelo qual o governo quer tanto regulamentar as redes sociais: para calar nossa voz e para que não denunciemos os absurdos do governo Lula", concluiu.

Já o deputado federal Fábio Costa (PP) frisou que "a população não quer isso. Às vezes, o próprio comerciante gira mais de R$ 5 mil ali, mas não é lucro, ele tem que pagar as contas, funcionários e fica com uma margem pequena", expôs.

Ele ainda pontuou que, se a norma tivesse em vigência quando a Receita fosse informada "que determinado cidadão fez a transferência acima de R$ 5 mil, quem garantiria que isso não pode ser um precedente para enquadrar o contribuinte em alguma faixa de imposto?".

"Nós da oposição não permitimos e o governo não aguentou a pressão. Se era tão bom, Lula, por que vai revogar? Deixe de mentir para o povo brasileiro", colocou o também deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil), afirmando que o recuou da gestão federal foi uma "vitória do povo brasileiro". Para Gaspar, a instrução normativa era uma "estupidez".

O deputado estadual Cabo Bebeto (PL) classificou o dia como "vitorioso". "Os políticos da direita e influenciadores deram sua opinião e condenaram essa medida do governo federal, mas vamos continuar atentos. Eles vão fazer de tudo para ganhar dinheiro", frisou.

Gestão

Interino: Marcelo Victor seguirá à frente do Executivo estadual até o dia 20 de janeiro

Redação

Previsto para deixar o cargo de governador em exercício nesta semana, o presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, deputado estadual Marcelo Victor (MDB), seguirá no comando do Executivo do Estado até o próximo dia 20 de janeiro por conta da ausência do governador Paulo Dantas (MDB), que viajará para Lisboa (Portugal), e o licenciamento do vice-governador Ronaldo Lessa (PDT).

No comando do governo de forma interina, Marcelo Victor tem tido uma agenda intensa, com reuniões políticas – como as ocorridas com o senador Renan Calheiros (MDB) e com prefeitos alagoanos – dentre outras atividades, como a presença – na 4ª feira passada – na posse do novo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Fábio Bittencourt.

Marcelo Victor também atuou para a aprovação – na Casa de Tavares Bastos – do projeto do Executivo que prevê bonificação de R$ 51 milhões para profissionais da Educação estadual.

O presidente da Assembleia Legislativa está no cargo do governador desde o dia 3 de janeiro deste ano. Paulo Dantas – por sua vez – cumpre uma agenda pessoal em Portugal, concluindo um Mestrado na Universidade de Lisboa. O vice-governador, como já frisado, também está de licença no período.



Marcelo Victor tem cumprido agenda intensa como governador

PM prende suspeito de matar delator em aeroporto de SP

INVESTIGAÇÃO, Operação cumpriu 15 mandados de prisão e 7 de busca e apreensão

Camila Boehm
Agência Brasil

A Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo prendeu ontem o policial militar identificado como autor dos disparos que mataram o delator Vinícius Lopes Gritzbach. Ele foi assassinado no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, no dia 8 de novembro do ano passado.

A prisão faz parte de operação deflagrada na manhã de ontem pelo órgão com objetivo de cumprir um total de 15 mandados de prisão e 7 de busca e apreensão contra policiais militares suspeitos de estarem envolvidos com uma organização criminosa. Os mandados foram cumpridos em endereços da capital e Grande São Paulo.

A ação, denominada Prodotes, conta com a participação da força-tarefa instituída pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP), que busca identificar outros envolvidos e eventuais mandantes do crime.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a investigação começou em março de 2024, quando a corregedoria recebeu uma denúncia sobre vazamentos de informações sigilosas que favoreciam criminosos ligados à facção.

A apuração evoluiu para um inquérito policial militar, instaurado 7 meses depois. Após as investigações, a Corregedoria conseguiu, junto à Justiça, a expedição dos mandados.



CORREGEDORIA descobriu participação de militares da ativa e reserva

Segundo a SSP, militares da ativa, da reserva e ex-integrantes da instituição favoreciam membros da organização criminosa, evitando prisões ou prejuízos financeiros. Entre os beneficiados pelo esquema estavam líderes da facção e até mesmo pessoas procuradas pela Justiça. Os policiais prestavam também escolta para criminosos, como era o caso de Gritzbach.

Assassinato

Vinícius Lopes Gritzbach fez um acordo de delação com o Ministério Público (MP) do Estado de São Paulo em março de 2024. O conteúdo da delação é sigiloso, mas, no último mês de outubro, o MP encaminhou à Corregedoria da Polícia trechos do documento, em que o delator denuncia policiais civis por extorsão. Em 31 de outubro ele foi ouvido na Corregedoria, 8 dias antes de ser morto.

Gritzbach também delatou um esquema de lavagem de dinheiro utilizado pelo grupo criminoso PCC.

LIVRE DE TRIBUTOS

PIX: governo publica medida provisória que proíbe taxar ou cobrar um valor adicional

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou ontem a medida provisória que define que transferências financeiras via PIX não podem ser tributadas ou sobretaxadas. Atualmente, o PIX já é livre de tributos. A MP reafirma esse entendimento, segundo o governo, para evitar cobranças indevidas no futuro.

A medida provisória também proíbe que comerciantes cobrem taxa adicional para consumidores que escolham pagar com o PIX. Ou seja: define que o preço no PIX tem que ser menor ou igual ao preço cobrado em dinheiro.

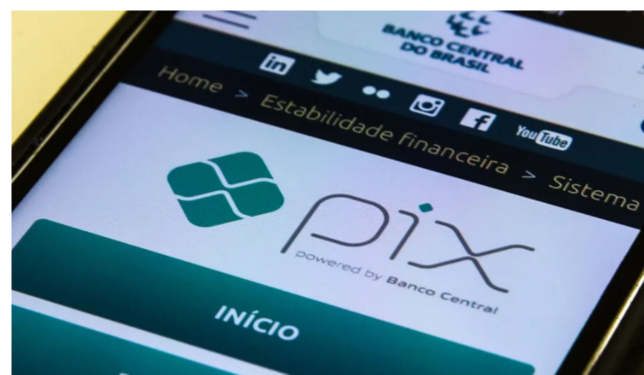
"Constitui prática abusiva, para os efeitos do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a exigência, pelo fornecedor de produtos ou serviços, em estabelecimentos físicos ou virtuais, de preço superior, valor ou encargo adicional em razão da realização de pagamentos por meio de Pix à vista", diz a MP.

"A prática dos procedimentos previstos no caput sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação do direito do consumidor", complementa.

A MP traz ainda uma novidade: um canal digital de orientação e recebimento de denúncias de ilícitos e crimes contra a relação de consumo.

Medidas provisórias entram em vigor assim que são publicadas, mas precisam ser votadas e confirmadas pelo Congresso em até 120 dias. Caso isso não aconteça, o texto perde validade.

O texto é assinado por Lula e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad – que, na véspera, já tinha anunciado a medida. "Essa MP reforça tanto os princípios de não oneração do Pix quanto as cláusulas de sigilo bancário do sistema, que foram objeto de exploração por criminosos", afirmou.



APÓS POLÊMICA, governo federal decidiu editar regras para o Pix

O governo também anunciou que vai revogar a norma da Receita Federal, editada em setembro de 2024 e válida desde o início do ano, que ampliava a fiscalização sobre transações com cartões de crédito e PIX.

A medida deixava claro que cabia à Receita monitorar eventuais movimentações suspeitas mediadas por fintechs e instituições de pagamento – bancos digitais e as operadoras de "maquininhas", por exemplo.

Militar morre em incêndio ao tentar resgatar vítimas

Tragédia, Hotel Tropicalis Slim pegou fogo na manhã de ontem, no bairro de Pajuçara, em Maceió

Redação

Um incêndio no Hotel Tropicalis Slim, localizado na Av. Jangadeiros Alagoanos, na Pajuçara, em Maceió, resultou na morte de um policial militar do Distrito Federal, que estava hospedado no local. Adriano Damásio Lopes, de 44 anos, passava as férias na capital alagoana juntamente com a família.

O incêndio ocorreu na manhã de ontem. De acordo com as primeiras informações, Lopes morreu em consequência da inalação da fumaça ao tentar ajudar os demais hóspedes que estavam no local a saírem do hotel em chamas. Ele ajudou no resgate de vítimas que se encontravam no 6º andar, onde começaram as chamas.

Durante as tentativas de resgate, ele desmaiou e chegou a ser socorrido. O militar foi levado para o Hospital Geral do Estado (HGE), mas teve uma parada cardíaca e não resistiu.

O Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL) foi acionado para o local e conteve as chamas, ainda na manhã de ontem. Segundo os bombeiros, o fogo ficou restrito a 1 único quarto, localizado no 6º andar, e foi controlado pelas equipes de combate a incêndio. A 1ª medida adotada pelos bombeiros foi evacuar o prédio.

A perícia também foi acionada, mas a causa ainda é desconhecida. O laudo pericial do Corpo de Bombeiros deve ser emitido no prazo de 30 dias, mas pode ser prorrogado por mais 30 a depender da complexidade da investigação. Adriano Lopes foi a única vítima fatal do sinistro.



Hóspedes e curiosos acompanharam trabalho dos bombeiros

Militar

O policial militar Adriano Lopes era 2º sargento do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Distrito Federal e atuava no departamento pessoal. Lopes passava férias com a esposa, 1 filha de 9 anos de idade e a sogra. Eles retornariam para o Distrito Federal na manhã de ontem. A Polícia Militar organiza o traslado do corpo para o Distrito Federal.

Ainda no dia de ontem, o Corpo de Bombeiros de Alagoas emitiu uma nota de pesar em relação à morte de Adriano Lopes, destacando que o militar perdeu a vida de forma heroica, ao tentar salvar vítimas do incêndio. A nota ressalta a coragem do militar e o grau de compromisso com a missão de proteger vidas, princípio que norteia a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. "O legado de heroísmo e abnegação do 2º Sargento Adriano Damásio Lopes permanecerá como inspiração para todos nós", finalizou.

Uma nota também foi emitida pela corporação do Distrito Federal, também reafirmando o ato heroico do militar, "exemplo de coragem, dedicação e amor ao próximo, valores que sempre nortearam sua conduta como policial militar". A PM do DF se solidarizou com a família. O caso está sendo acompanhado pela comandante-geral da PM do Distrito Federal, Ana Paula Barros Habka.

Segurança Pública

Polícia Mlitar apreende mais de 1,5 toneladas de drogas e 1.400 armas no ano de 2024

A Polícia Militar de Alagoas teve um ano histórico em 2024 no combate ao crime, registrando apreensões expressivas de ilícitos no estado. Ao longo do ano, a corporação recolheu mais de 1,5 tonelada de entorpecentes e retirou 1.400 armas de fogo de circulação. Os números foram compilados pelo setor de Estatísticas e Análise Criminal da PM.

O revólver foi o tipo de armamento mais apreendido, com 694 unidades, o que representa pouco mais de 49% do total de armas retiradas de circulação. A PM também registrou apreensões de espingardas, pistolas, submetralhadoras e fuzis.

Quanto às drogas, a maconha foi a substância mais apreendida, totalizando pouco mais de 1,2 tonelada, o que corresponde 79% do total de entorpecentes apreendidos em 2024. Além disso, 269 Kg de cocaína e 46 Kg de crack foram retirados das ruas em ações da PM.

O Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), responsável pela segurança em Maceió e nas cidades vizinhas, foi responsável pela maior parte das apreensões de armas e drogas. A unidade retirou de circulação 791 armas e mais de 1 tonelada de entorpecentes, o que representa 56% do total de armas e 66% das drogas apreendidas no estado.

O Batalhão de Rotam se destacou como a unidade com o maior número de apreensões, com 250 armas e mais de 430 Kg de drogas. O 4º Batalhão, que atua em bairros como Farol e Clima Bom, liderou a quantidade de armas apreendidas na área do CPRM, com 91 unidades retiradas de circulação. Já o 5º Batalhão, responsável pelo policiamento no Benedito Bentes, destacou-se nas apreensões de drogas, com mais de 120 Kg recolhidos.

No interior, o 3º Batalhão, responsável pelo policiamento em Arapiraca e região, foi a OPM destaque nas apreensões de armas, com 136 unidades retiradas de circulação. O 2º Batalhão, que faz parte do Comando de Policiamento do Norte e Zona da Mata, com sede em União dos Palmares, foi o líder em apreensões de drogas, com mais de 182 Kg.

O Comandante Paulo Amorim ressaltou o empenho da tropa e os investimentos realizados na segurança pública ao longo do ano.

AL registra abertura de mais de 36 mil empresas em 2024

ECONOMIA, Balanço foi divulgado pela Junta Comercial e aponta crescimento de 3,82%

Um balanço divulgado ontem pela Junta Comercial de Alagoas mostra que o Estado teve um crescimento de 3,82% na abertura de novas empresas durante o ano passado. Em números absolutos isso significa 36.991 novos estabelecimentos, com geração de emprego e renda em Alagoas.

Em relação as empresas de microempreendedor individual, as MEI), o aumento registrado foi de 2,75% quando comparado com o ano de 2023. Já no caso das microempresas, as ME, o aumento foi de 3,61%. O maior destaque, ainda conforme os dados da Junta Comercial, foi no caso das empresas de pequeno porte, que atingiu um índice de crescimento de 17,91%. As empresas consideradas sem porte aumentaram em 12,62%.

Em números absolutos, foram abertas 27.219 MEIs, 6.921 MEs, 1.771 EPPs e 1.080 empreendimentos sem porte. O MEI é um negócio, dentre outras características, com renda bruta máxima de até R$ 81 mil ao ano e sem participação em outro empreendimento. A ME, por sua vez, possui renda bruta anual inferior ou igual a R$ 360 mil, enquanto a EPP possui renda bruta anual superior a R$ 360 mil e inferior a R$ 4,8 milhões.

Para o presidente da Juceal, Ricardo Dória, a evolução do número total das aberturas empresariais é motivo o suficiente para comemorar o trabalho promovido em 2024, que ainda contou com o recorde da história de Alagoas em relação ao tempo médio para registro de um negócio.

"É importante frisar que os maiores crescimentos aconteceram para as empresas de maiores portes. Então Alagoas tem mostrado que é um estado propício para o investimento, e a Junta Comercial é a porta de entrada para esses negócios todos. Ao mesmo tempo em que registramos mais empresas, diminuímos o tempo para abertura. Em 2024, a Juceal atingiu o recorde de 13h32 para se constituir um negócio", enfatiza.



JUCEAL conseguiu reduzir o tempo para abertura de empresas em AL

Os dados também trazem a distribuição do crescimento por setores econômicos. O comércio lidera o ranking, com 10.413 empresas.

Na sequência, estão os setores de transporte, armazenagem e correio (5.204); alojamento e alimentação (3.583); atividades profissionais, científicas e técnicas (2.544); atividades administrativas e serviços complementares (2.488); indústrias de transformação (2.415); construção (2.374); outras atividades de serviços (2.191); educação (1.816); e saúde humana e serviços sociais (1.157).

Se de um lado houve a abertura de mais de 36 mil novas empresas, por outro lado, em Alagoas, durante o ano passado, foram extintas 22.643 empresas. Do número total, podem ser feitas as subdivisões em 16.549 MEIs, 4.988 MEs, 695 EPPs e 411 empreendimentos considerados sem porte. Os quantitativos das MEs e das empresas consideradas sem porte foram menores do que os de 2023. Em relação às atividades, os maiores valores foram vistos em comércio (8.029 empresas); alojamento e alimentação (2.679); transporte, armazenagem e correio (2.573); indústrias de transformação (1.583); e outras atividades de serviços (1.393).

EDUCAÇÃO

Com 1.235 vagas em 36 cursos, Uneal lança edital para processo seletivo do SISU 2025

A Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) publicou o edital para o processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2025, com 1.235 vagas distribuídas em 36 cursos de graduação presenciais.

Os cursos são ofertados nos campi de Arapiraca, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos, União dos Palmares e Maceió.

As inscrições acontecem de 17 a 21 de janeiro de 2025, exclusivamente pelo portal do SISU (acessounico.mec.gov.br/sisu).

Para participar, o candidato deve: ter realizado o Enem 2024 e obtido nota maior que zero na redação; não estar inscrito como treineiro no Enem 2024; e comprovar a conclusão do Ensino Médio. Importante: não haverá cobrança de taxa de inscrição.

As vagas estão organizadas em 2 modalidades: ampla concorrência: destinada a todos os candidatos que atendem aos critérios gerais e reserva de vagas (ações afirmativas): ao menos 50% das vagas de cada curso são reservadas para candidatos que concluíram o Ensino Fundamental e Médio integralmente em escolas públicas, conforme a Lei Estadual nº 6.542/2004.

Os critérios da reserva de vagas são os seguintes: não podem concorrer a essas vagas candidatos que tenham estudado em escolas privadas, mesmo como bolsistas. É obrigatório apresentar histórico escolar e certificado de conclusão comprovando o estudo integral em escolas públicas.

As 1.235 vagas estão distribuídas entre o 1º e o 2º semestres de 2025. Cada campus oferece opções diversificadas de cursos, como Pedagogia, Direito, Letras, Matemática, Ciências Contábeis, Geografia, entre outros. No 1º semestre: 555 vagas disponíveis. No 2º semestre: 680 vagas disponíveis.

Para conferir o detalhamento completo dos cursos e vagas, os candidatos devem acessar o edital no site da Uneal (uneal.edu.br/ingresso/sisu).

Cristiano Ronaldo deve assinar contrato de R$ 1,1 bilhão anuais

Negociação, A informação é do jornal esportivo espanhol Marca; será o maio salário do futebol

O Sul

Contratado pelo Al-Nassr em dezembro de 2022, Cristiano Ronaldo pode estender sua parceria com o clube saudita até 2026. Com o fim do contrato inicial, que era válido até 2025, o astro português poderia assinar pré-contrato com qualquer outro time, mas recebeu uma proposta bilionária da sua equipe atual — e deve assiná-la.

A informação é do jornal esportivo espanhol Marca. De acordo com a publicação, o jogador teria recebido a oferta de um salário de 183 milhões de euros anuais. Na cotação atual, o valor alcança o R$ 1,1 bilhão. Com isso, Cristiano receberia o maior salário da história do futebol.

Ronaldo ganharia 15,2 milhões de euros (R$ 95 milhões) por mês. Os valores por semana seriam de 3,8 milhões de euros (R$ 23,7 milhões). Diariamente, Ronaldo receberia 550 mil euros (R$ 3,4 milhões). A proposta inclui também parte da propriedade do clube. Caso permaneça no Al-Nassr, o português passaria a possuir 5% do time. Ele completará 40 anos no próximo dia 5 de fevereiro.

Com o acordo, Cristiano passaria ainda a ter mais influência em algumas decisões do clube. Entre elas, estariam as contratações para reforçar o elenco e torná-lo mais competitivo — uma promessa que teria sido feita ao jogador. Segundo o jornal, Casemiro, brasileiro do Manchester United, estaria no alvo do Al-Nassr. Cristiano Ronaldo e o volante são conhecidos de longa data. Antes no Real Madrid, os dois também foram companheiros de equipe no Manchester United, onde Casemiro permanece.



Cristiano Ronaldo deve assinar renovação com o Al-Nassr

O volante, de 32 anos, tem contrato com o Manchester United até junho de 2025. O clube inglês gastou 60 milhões de euros (R$ 312 milhões na cotação da época) para contar com o atleta e deseja reaver boa parte do valor investido.

No entanto, para trazer o brasileiro, o Al-Nassr precisará movimentar o elenco. A equipe conta com 8 estrangeiros (limite), além de 2 jogadores Sub-21 (também limite).

O Al-Nassr conta com o goleiro Bento (Brasil), os zagueiros Aymeric Laporte (Espanha) e Mohamed Simankan (França), os meio-campistas Otávo (Portugal) e Brozovic (Croácia), além dos atacantes Cristiano Ronaldo, Sadio Mané (Senegal) e Anderson Talisca (Brasil). Os 2 jogadores Sub-21 também são brasileiros: Ângelo (ex-Santos) e Wesley (ex-Corinthians).

Os reforços colocariam o time do Al-Nassr à altura de outras equipes sauditas, como o Al-Hilal, equipe onde joga Neymar, e o Al-Itihad, de Benzema. Nas últimas 2 temporadas, o Al-Nassr bateu na trave e foi vice-campeão do Campeonato Saudita. A intenção, agora, é repetir o feito de 2018-19 e voltar a ser o vencedor da principal divisão do país.

Bastidores

Diretor jurídico do CSA explica procedimentos para aprovar transformação do clube em SAF

Os bastidores do CSA estão agitados para reunião de hoje que vai debater o interesse de investidores em transformar o clube numa SAF (Sociedade Anônima do Futebol). No entanto, há um processo a ser seguido. Diretor jurídico do Azulão, Marcelo Brabo explicou ao ge quais são os procedimentos necessários.

“Existem alguns regramentos a serem atendidos com relação à Sociedade Anônima do Futebol. Para que um clube possa fazer a SAF, ele tem que ter, primeiro, previsão no seu estatuto. Aqui em Alagoas, nenhum clube tem previsão no estatuto. Além disso, tem que ser avaliado o seu patrimônio, como também avaliado o negócio, como também definido, em sendo levada a frente à SAF, como é que essa SAF vai se empreender”, disse Barbo, detalhando algumas possibilidades:

“Se é transferindo patrimônio ou é apenas arrendando, cedendo, temporariamente o patrimônio, se vai ter ou não construção de eventual arena, como é que fica essa gestão do futebol, se essa gestão é total ou parcial. Então, essas questões todas é que vão definir o negócio”, assinalou.

Segundo Brabo, todo esse processo ainda está no início. “Na sexta-feira (hoje), vai ser uma reunião de apresentação pra se conhecer tanto a empresa que está prospectando o negócio como os investidores. E a partir daí se começa a conversar. Tudo isso terá desdobramentos futuros se tiver, realmente, interesse por parte da diretoria executiva, o conselho também vai participar, através do seu presidente, e a partir daí é que vai evoluir”.


Brabo: nenhum clube de AL tem possibilidade de SAF no estatuto

O diretor jurídico deixou claro que a decisão final cabe ao Conselho Deliberativo.

“E, se chegando realmente à concretização, a forma do negócio, tendo previsão estatutária, se leva ao Conselho Deliberativo, a quem cabe aprovar ou não à SAF.

Eleição para nova Mesa Diretora da Câmara será no dia 1º

A eleição para a presidência da Câmara dos Deputados e para os demais cargos da Mesa Diretora foi marcada para o dia 1º de fevereiro. O mandato é de 2 anos e, para ser eleito, o candidato precisa de maioria absoluta dos votos em primeira votação (257) ou ser o mais votado no 2º turno. O início da 1ª sessão preparatória, na qual será eleito o presidente, está marcado para as 16h, no Plenário Ulysses Guimarães.
O cronograma para formalização dos blocos parlamentares, para a escolha dos cargos da Mesa e o registro das candidaturas foi publicado na 4ª feira passada. Em ofício assinado pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), está definido o prazo limite para formação de blocos parlamentares até 9h do dia 1º de fevereiro de 2025. Em seguida, às 11h, haverá reunião de líderes para a escolha dos cargos da Mesa Diretora. O prazo limite para o registro das candidaturas é até 13h30 de 1º de fevereiro, e a sessão preparatória para a eleição da Mesa foi confirmada para 16h do mesmo dia. O ofício também estabelece que a eleição será realizada de forma presencial, com urnas dispostas no Salão Verde e no Plenário.

Itaú Cultural Play estreia O Caso dos irmãos Naves



A plataforma de streaming gratuita de cinema brasileiro Itaú Cultural Play recebe hoje em seu catálogo O Caso dos irmãos Naves, longa-metragem dirigido por Luiz Sergio Person (1936-1976). Considerado um clássico do cinema brasileiro, o filme conta com um elenco de atores conceituados, como Juca de Oliveira (1935-1973), Raul Cortez (1932-2006), Anselmo Duarte (1920-2009), John Herbert (1929-2011) e Lélia Abramo (1911-2004).
A trama acompanha a história real dos irmãos Naves, Joaquim Rosa e Sebastião José, que denunciam o desaparecimento de seu sócio, mas, em uma reviravolta dramática, acabam sendo acusados injustamente pelo crime. Um delegado de polícia aponta os Naves como responsáveis pelo desaparecimento, em um erro judiciário que se tornou um dos casos mais polêmicos da história do Brasil. Ambientado em 1937 e lançado em 1967, tornou-se uma metáfora para a época em que foi produzido, trazendo à tona a violência das torturas e arbitrariedades cometidas durante a ditadura civil-militar.
O Caso dos irmãos Naves é baseado no livro de João Alamy Filho, advogado de defesa dos irmãos. O roteiro, escrito em parceria com o professor e crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, reflete a visão de Person sobre o cinema como instrumento que reúne crítica social e expressão artística. Por meio dessa obra, o diretor resgata arbitrariedades do Estado Novo para falar sobre a ditadura civil-militar, com uma narrativa que mistura questões sociológicas com a estética cinematográfica que intercala voz over e encenações. Foi amplamente reconhecido na época de seu lançamento, recebendo prêmios como o de melhor roteiro e de melhor atriz coadjuvante para Lélia Abramo no Festival de Brasília. Segue sendo uma obra importante para falar sobre direitos humanos e abusos de poder. O filme fica disponível na plataforma Itaú Cultural Play por 18 meses. Devido ao seu conteúdo de violência, a classificação etária recomendada é para maiores de 14 anos.
O acesso à Itaú Cultural Play é gratuito, disponível em www.itauculturalplay.com.br, nas smart TVs da Samsung, LG e Apple TV, nos aplicativos para dispositivos móveis (Android e iOS) e Chromecast.
Luiz Sérgio Person foi diretor de cinema e teatro, roteirista, produtor e ator. Composta de diversas facetas, a sua obra revela, de acordo com ele mesmo, seu apreço por um cinema que mescla crítica social e expressão artística. Em 2016, o Itaú Cultural realizou uma Ocupação em homenagem ao diretor. A exposição, que inclui materiais inéditos sobre o diretor, pode acessada no site do IC, pelo https://ocupacao.icnetworks.org/ocupacao/person/ .

Lei transfere recursos de antigos fundos para obras na Amazônia e no Nordeste

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 15.102, de 2025, que tem o objetivo de destinar recursos de antigos fundos regionais para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) na Amazônia e no Nordeste. A lei foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. Essa lei determina a extinção do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor). Os recursos resultantes dessa liquidação serão destinados, respectivamente, ao Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).
Criados em 1974 para estimular o desenvolvimento econômico das regiões Norte e Nordeste, o Finam e o Finor deixaram de investir em novos projetos a partir da década de 2000.
A nova lei teve origem no PL 4.096/2024, projeto de lei de autoria da senadora Augusta Brito (PT-CE). Segundo ela, a medida pode direcionar até R$ 1,5 bilhão para obras de infraestrutura no Norte e no Nordeste. Durante sua tramitação no Senado, o projeto teve como relator o senador Fernando Farias (MDB-AL).
A iniciativa permite que as cotas do Finam e do Finor sejam recompradas com deságio, além de determinar que os ganhos obtidos com essas operações sejam destinados ao FDA e ao FDNE. Esses dois fundos devem usar os recursos para comprar ações preferenciais (sem direito a voto) de companhias concessionárias de serviços públicos que integram o Novo PAC.
No caso do FDNE, os recursos obtidos dessa forma devem ser integralmente investidos em projetos ferroviários já em andamento.
Os saldos remanescentes do Finam e do Finor, inclusive aqueles não resgatados pelos cotistas, devem ser doados ao FDA e ao FDNE.
[Agência Senado]

"Desafiar normas é atributo da realização dos sonhos"

Assessoria

Escritor, gestor e pós-graduado em Psicopedagogia, Orlany Filho reflete sobre a importância de quebrar paradigmas para viver com entusiasmo e deixar de lado as frustrações

O início do ano costuma ser um período de renovações, quando as pessoas definem metas para os meses que estão por vir e buscam a coragem para tirar muitos sonhos do papel. Essa chance de recomeçar e de lutar por uma vida plena, seja no meio profissional ou no pessoal, é o que a protagonista do livro Bianca Amorim, de Orlany Filho, procura durante toda a narrativa.

Escritor e gestor com décadas de experiência no mundo corporativo, ele conta a história de uma mulher frustrada devido às experiências no mercado de trabalho e a violências no relacionamento amoroso. Imersa nessa realidade, a personagem começa a tomar atitudes que a levam para mais perto de sua essência.

"Do meu ponto de vista, desafiar normas e convenções é naturalmente um atributo da realização dos sonhos. Ou nos encorajamos a realizar nossos sonhos quebrando paradigmas e ultrapassando nossas fronteiras, ou ficamos estagnados onde estamos com o ofício débil de apenas sonhar, transformando nossa existência num celeiro de frustrações acatadas", afirma o autor.

Confira entrevista completa:





O livro é protagonizado por uma mulher e trata de dilemas e desafios muito específicos do universo feminino. Como foi o processo de criação da personagem, e que pessoas ou situações serviram de referência?

Orlany Filho: Eu observei que as mulheres acumulavam uma carga desproporcional, tendo que cuidar da casa, do orçamento, do marido, dos filhos, dos pais, de si mesma, além de serem pressionadas pelo avanço da carreira profissional, desencadeando nelas importantes sequelas patológicas. Acolhi profissionais chorando pelos corredores, assoladas pelos seus desafios e seus conflitos, demostrando suas fraquezas num momento de dor emocional, mas que posteriormente demostraram força na conquista da ascensão profissional superando as mais adversas situações possíveis. Daí surgiu a inspiração para a criação da personagem Bianca Amorim.

Você tem muitos anos de experiência no mercado de trabalho como gestor. De que forma essa vivência influenciou na escrita de Bianca Amorim?

O ambiente dentro das organizações ainda era hostil à ascendência profissional das mulheres. O preconceito, a discriminação e os assédios fundamentados numa cultura machista somados à falta de valorização adequada e da isonomia salarial impactavam demais as saúdes mental, física e emocional delas. Como gestor, isso sinceramente me incomodava demais. Eu precisava falar sobre isso. Escolhi a escrita como forma de dar voz ao universo feminino. E que essa voz chegasse eloquentemente ao universo masculino.

Em Bianca Amorim, a protagonista se vê sobrecarregada com os desafios da vida profissional e questões familiares, além de sofrer com um relacionamento abusivo. A partir da sua perspectiva no mundo corporativo e na literatura, como é possível alcançar um equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional?

Com políticas intensificadas e massivas de conscientização para desconstrução do machismo hegemônico, inclusive desde o ensino fundamental, para que os homens respeitem as mulheres e dividam as tarefas domésticas com elas de forma sistemática e não esporádica. Isso já ajudaria a aliviar as pressões domésticas. E que essa política fosse refletida no universo corporativo e fizesse parte da Cultura Organizacional das empresas de forma absolutamente aplicável. Denunciar as práticas abusivas, tanto na vida pessoal quanto na profissional das mulheres, através da literatura e das artes, em geral, é um instrumento de transformação social.

Bianca encontra nas artes uma forma de enfrentar seus traumas e recomeçar. Para você, de que forma elas auxiliam a lidar com questões psicológicas?

Já se sabe da importância da arte no processo terapêutico e seus resultados. Ela é capaz de auxiliar o indivíduo a processar melhor suas emoções e manejar mais facilmente emoções de impactos negativos. Através da produção artística, o indivíduo tem a possibilidade de canalizar sua ansiedade, eventos de medo, estado de tristeza, raiva, etc; e isso indiscutivelmente traz benefícios às saúdes emocional, física, mental e espiritual.

MP denuncia PM suspeito de matar feirante no Agreste

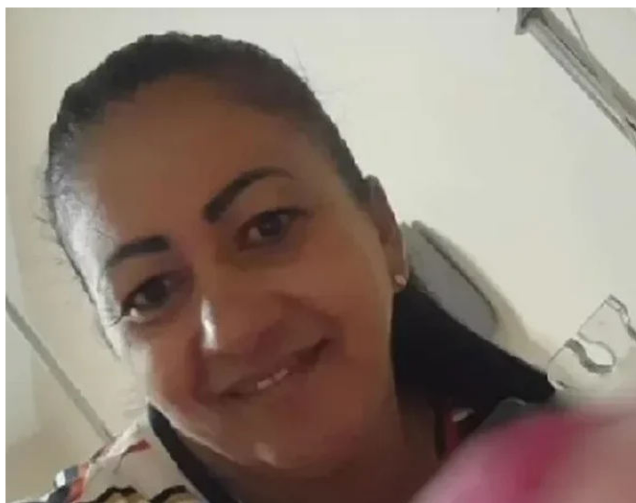
PALMEIRA DOS ÍNDIOS, Crime ocorreu em novembro do ano passado dentro de um quarto de hotel

Em Tempo Notícias
Com informações de assessoria

Em novembro de 2024, uma feirante, de 44 anos, foi assassinada num quarto do Verde Hotel, em Palmeira dos Índios, Agreste de Alagoas. O suspeito do crime é um sargento da Polícia Militar, que inicialmente alegou que a morte da vítima teria sido um suicídio. No entanto, as investigações realizadas pelo Ministério Público de Alagoas (MP) desmentiram essa versão, levando à ação de denúncia contra o militar.

Ontem, o MP, por meio da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palmeira dos Índios, apresentou formalmente a denúncia contra o sargento, que se encontra preso no Presídio Militar Major João Kyllderis Cardoso Moreira, em Maceió.

O promotor de Justiça Márcio Dória, destacou em sua denúncia que o laudo do Instituto de Criminalística, analisado nas páginas 115/149, descartou a hipótese de suicídio ou acidente, uma vez que não foram encontradas evidências típicas de suicídio no local do crime, como a presença de uma arma ou manchas de sangue específicas.



VÍTIMA estava com o sargento no Verde Hotel no dia do crime

De acordo com as conclusões do laudo, a morte foi violenta, provocada por um projétil de arma de fogo, o que caracteriza feminicídio. O promotor também reforçou que o sargento estava com a vítima no momento do crime, e a versão do suspeito foi refutada pelas evidências.

A denúncia apresentada pelo MP qualifica o crime como feminicídio, previsto no artigo 121-A, §1°, incisos I e II, do Código Penal, cometido no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. O promotor afirmou que, com base nas provas do laudo oficial, o Ministério Público cumpriu seu papel ao oferecer a denúncia, que agora será analisada pela justiça.

Além da condenação do acusado, que pode chegar a 40 anos de prisão, o MP também solicitou uma indenização de 100 salários mínimos para a família de SS., como forma de reparar parcialmente o dano causado pela brutalidade do crime.

O sargento se entregou à polícia em 25 de dezembro de 2024, e agora aguarda julgamento, que deverá ser realizado pelo tribunal popular.

MEIO AMBIENTE

MPF solicita suspensão decreto municipal que afeta a APA Costa dos Corais em Maragogi

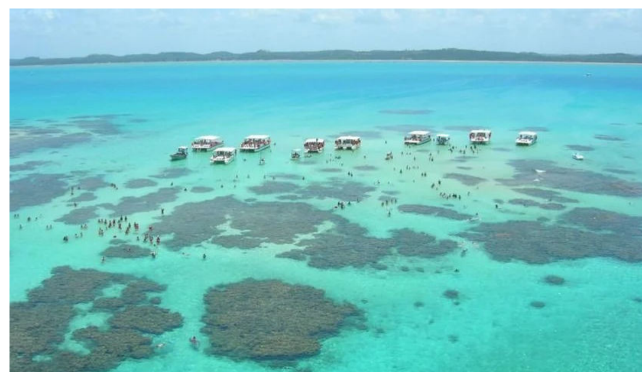
Em Tempo Notícias

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação judicial contra o município de Maragogi (AL) devido ao decreto municipal que institui a Área de Relevante Interesse Ecológico Marinha da Lagoa Azul (ARIE da Lagoa Azul). Esse decreto autoriza a exploração turística na região, localizada na Praia de Antunes, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, o que coloca em risco a biodiversidade marinha, em especial os recifes de corais.

O MPF solicita a anulação do decreto ou, caso ele seja considerado válido, a exclusão de dispositivos que contrariem o plano de manejo da APA. Além disso, a ação requer uma decisão liminar para suspender imediatamente os efeitos do decreto, bem como os alvarás de exploração turística na Lagoa Azul. A ação também exige fiscalização rigorosa e campanhas educativas para alertar a população sobre a proibição da visitação.

A ação, movida pelo procurador da República Lucas Horta, foi motivada por uma reportagem que revelou a autorização para o turismo em massa na Lagoa Azul. O decreto contestado pelo MPF permite a presença de até 3 catamarãs, 40 lanchas e a atuação de empresas de mergulho recreativo e fotógrafos, o que causaria um grande impacto ambiental.

Investigações indicaram que o decreto foi elaborado sem observar os requisitos legais necessários ou respeitar o plano de manejo da APA Costa dos Corais. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) alertou que o turismo na área é incompatível com os objetivos de conservação, uma vez que os recifes têm baixa resiliência e a pressão humana comprometeria o ecossistema.



MARAGOGI teve exploração turística autorizada pela prefeitura

Criada em 1997, a APA Costa dos Corais é a maior unidade de conservação marinha do Brasil, com mais de 120 km de extensão entre Tamandaré (PE) e Maceió (AL). A região protege manguezais, recifes de corais e uma vasta biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas como o peixe-boi-marinho e as tartarugas.

Moraes nega devolução de passaporte para Bolsonaro

Decisão, Ministro alegou possibilidade de fuga do ex-presidente e ausência de pedido formal

Blog do BG
Com informações da CNN Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apontou que as medidas impostas ao ex-presidente Jair Bolsonaro no ano passado devem permanecer porque, segundo o magistrado, há risco de tentativa de fuga.

"O cenário que fundamentou a imposição de proibição de se ausentar do país, com entrega de passaportes, continua a indicar a possibilidade de tentativa de evasão do indiciado JAIR MESSIAS BOLSONARO, para se furtar à aplicação da lei penal", aponta o ministro na decisão de ontem.

Moraes também destaca, no documento, que o ex-presidente pode proceder "da mesma maneira como vem defendendo a fuga do país e o asilo no exterior para os diversos condenados com trânsito em julgado pelo plenário do STF, em casos conexos à presente investigação".

Esse é um dos argumentos do ministro para negar a devolução do passaporte a Bolsonaro, que foi solicitado pela defesa do ex-presidente para que ele pudesse ir à posse de Donald Trump nos EUA.



Alexandre de Moraes teme evasão de Jair Bolsonaro

"Bolsonaro não comprovou a existência do convite enviado a ele pelo próprio Trump", diz Moraes

O ministro do Supremo determinou, na semana passada, que os advogados de Bolsonaro apresentassem o documento, antes dele decidir sobre a devolução do passaporte do ex-presidente.

"Em 13/1/2025, sem juntar qualquer novo documento comprovatório, a defesa reiterou sua manifestação anterior, reafirmando que o convite é 'o próprio e-mail datado de 08/01/2025 e enviado por info@t47inaugural.com ao Deputado Eduardo Bolsonaro – nos EUA'. [...] Não houve, portanto, o cumprimento da decisão de 11/01/2025, pois não foi juntado aos autos nenhum documento probatório que demonstrasse a existência do convite realizado pelo presidente eleito dos EUA ao requerente JAIR MESSIAS BOLSONARO, conforme alegado pela defesa", diz trecho da decisão de Moraes.

Faixa de Gaza

Benjamin Netanyahu acusa grupo terrorista Hamas de mudar acordo de cessar-fogo

R7

O primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu acusou ontem o grupo terrorista do Hamas de alterarem termos do cessar-fogo na Faixa de Gaza, afirmando que o grupo causou uma "crise de última hora" no acordo.

As acusações ocorrem em meio à reunião do conselho de ministros de Netanyahu, que ocorreria ontem para aprovar detalhes da resolução. Netanyahu não especificou os pontos que, segundo ele, foram feridos pelo grupo terrorista.

"O gabinete não vai se reunir até os mediadores notificarem Israel de que o Hamas aceitou todos os itens do acordo", disse Netanyahu em comunicado.

Terroristas do Hamas negaram o recuo e afirmaram que o grupo está respeitando os termos do acordo que foram negociados pelos mediadores, segundo as agências de notícias Reuters e AP. Ainda não se sabe se o impasse com o Hamas atrasará a implementação do cessar-fogo, previsto para domingo.

Tecnicamente, a aprovação do acordo por Israel não é oficial até que seja reconhecida pelo gabinete de segurança e pelo governo do país. Israel afirma que alguns detalhes do documento ainda precisam ser finalizados.

Até ontem, 46.788 palestinos morreram no conflito, segundo levantamento do Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo grupo terrorista. A maioria das mortes é de mulheres e crianças, segundo órgãos internacionais. Ao menos 73 foram mortos desde o anúncio do cessar-fogo.

Na esteira da "crise de última hora", o chefe do Mossad, órgão de inteligência de Israel, David Barnea, e a equipe de negociação israelense ainda estão em Doha, capital do Catar, finalizando os detalhes do acordo. Segundo o jornal The Times of Israel, os impasses incluem divergências sobre quais prisioneiros detidos por Israel serão libertados ao Hamas.

Os termos do cessar-fogo preveem, sobretudo, a libertação de todos os reféns que ainda estão sob o poder dos terroristas do Hamas. Cerca de 100 pessoas que foram sequestradas pelo grupo em Israel, em outubro de 2023, continuam na Faixa de Gaza.

A 1ª fase do acordo deve durar 6 semanas e exige a libertação de 33 reféns. Eles serão liberados aos poucos. Durante este período, Israel se compromete a retirar parte das tropas da Faixa de Gaza e a soltar prisioneiros capturados durante a guerra. A 2ª fase do cessar-fogo será negociada no início de fevereiro, enquanto a 1ª etapa ainda estiver em vigor. A partir daí, Israel e Hamas tratarão da libertação dos demais reféns que estão com o grupo terrorista, incluindo os corpos daqueles que morreram.

Já a 3ª e última fase também depende de negociações. Segundo o plano, nesta etapa serão acordados a reconstrução de Gaza e as diretrizes para o próximo governo do território.